



PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Curso em Regime de E-learning

1ª EDIÇÃO 2013-2014

GUIA DE CURSO



Coordenador: Prof. Doutor José Fontes

Vice-coordenador: Prof. Doutor Mário do Carmo

Índice

Introdução	3
Contexto.....	4
Enquadramento	5
Público-alvo	5
Pré-requisitos dos formandos	5
Objetivos	5
Competências a desenvolver	6
Estrutura Curricular e Planos de Estudos.....	7
1º Semestre: Unidades Curriculares	7
2º Semestre: Unidades Curriculares	11
Metodologia e Sistema de Tutoria.....	20
Avaliação.....	20
Candidaturas.....	20
Propinas	20
Condições de Funcionamento do Curso	21
Coordenação	21
Contatos Para Informações	21
Corpo Docente.....	22

Introdução

Pioneira no ensino superior a distância em Portugal, a **Universidade Aberta (UAb)**, ao longo dos seus 25 anos de existência, tem promovido ações relacionadas com a formação superior e a formação contínua, contribuindo igualmente para a divulgação e a expansão da língua e da cultura portuguesas, com especial relevo nos países e comunidades lusófonos.

A UAb tem procurado, particularmente, incentivar a apropriação e a autoconstrução de saberes, concebendo e lecionando cursos de 1º, 2º e 3º ciclos, formando técnicos e docentes, de acordo com uma assumida filosofia de prestação de serviço público.

O ensino a distância é uma modalidade de ensino-aprendizagem que nasceu no final do século XIX, que a rápida evolução das telecomunicações e da informática veio alterar radicalmente, acrescentando novas e importantes potencialidades que fazem dele o regime de ensino do futuro.

A atual expansão da Internet e da *Word Wide Web* (WWW) e o desenvolvimento ainda mais recente dos programas informáticos de gestão do ensino-aprendizagem vieram, de facto, modificar o panorama do ensino a distância, permitindo a criação de espaços virtuais de ensino com designações diversas (centro de ensino virtual, escola virtual, etc.), onde a palavra «virtual» apenas significa que esses espaços não têm implantação e realidade físicas palpáveis.

Os docentes e investigadores da UAb têm desenvolvido atividades de investigação científica através da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, concebendo e produzindo materiais pedagógicos nas áreas da tecnologia do ensino e da formação a distância e da comunicação educacional multimédia.

A oferta de ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) da Universidade Aberta é também suportada na Internet e recorre à plataforma informática Moodle, sendo desenvolvido em regime de ensino a distância online, assíncrono, com tutoria ativa e permanente, através de fóruns de discussão.

É no espaço virtual de formação/aprendizagem da UAb que se vai desenvolver o curso de pós-graduação em Administração e Políticas Públicas, o qual a seguir se apresenta com maior detalhe.

Contexto

O setor público é, sem dúvida, um agente responsável e mobilizador das profundas reformas indispensáveis que o atual contexto nacional e comunitário imprime em todas as instituições, do Estado, ao nível dos valores, do conhecimento técnico e da capacidade inovadora, através da adoção de instrumentos e técnicas de gestão capazes de promover a mudança.

A sociedade do conhecimento trouxe consigo a velocidade do tempo real, com amplas possibilidades de controlo, armazenamento e liberação de acesso a múltiplos conjuntos de informações. Cada vez mais, essas possibilidades tornaram-se em vetores fundamentais para a definição da produtividade das economias nacionais e a informação configurou-se como o principal ativo das empresas e países na sua busca por maior competitividade.

Os últimos anos marcaram também a alteração das estruturas administrativas. Várias têm sido as reformas que afetaram a forma como o interesse público é prosseguido pela Administração. Essas reformas foram influenciadas por modelos de administração supranacionais com o desígnio de tornar a Administração (e o próprio Estado) mais eficientes.

Não só em Portugal, mas também nos diferentes países onde foram implementadas, nem sempre os resultados dessas reformas foram os esperados. Demonstrem os tempos correntes, já depois da implementação de diversas políticas tendentes à reforma do Estado e da Administração, que continua a ser hoje um problema a questão do financiamento das políticas públicas que visam promover a prossecução do interesse público.

A atual crise veio demonstrar que esses modelos, bem ou mal implementados, falharam na construção de um menor e melhor Estado. Contrariamente ao que se perspectivava, assistiu-se a uma maior necessidade do Estado intervir na economia e financiar atividades privadas.

A modernização da Administração Pública só conseguirá atingir os seus objetivos através da formação/valorização profissional, como primeiro estímulo de renovação, absorvendo conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos dos seus colaboradores. É fundamental formar e atualizar os recursos humanos, dotá-los de competências, para que sejam agentes facilitadores da mudança necessária.

Importa, pois, compreender, no contexto da presente pós-graduação, a evolução dos modelos de Estado e Administração, as suas configurações e estruturas, bem como dos instrumentos de gestão e responsabilização no âmbito do desenho, implementação e avaliação das políticas públicas, procurando identificar os fatores críticos do sucesso e insucesso das reformas atendendo aos seus pressupostos e objetivos.

Acresce, ainda, que o avanço das democracias contemporâneas exige hoje do Estado e da administração uma nova postura que permita uma maior abertura e participação dos cidadãos e da sociedade na definição e gestão das políticas.

Assim, com esta pós graduação vocacionada para a gestão de entidades públicas, pretende-se não só apresentar as reformas e os modelos de administração pública como resposta às carências de qualificação e atualização dos recursos humanos especializados e imbuídos de uma cultura capacitada, mas também e sobretudo acolher as exigências do atual contexto, designadamente ao nível da cidadania ativa, na construção, implementação e avaliação das políticas públicas.

Enquadramento

O curso de pós-graduação em **Administração e Políticas Públicas** é uma iniciativa da Universidade Aberta (UAb) que se justifica por três razões principais:

- A renovação recente em curso dos desafios e das abordagens científicas, técnicas e políticas neste domínio do conhecimento e de intervenção;
- O facto de o curso dispor de um núcleo de investigadores de reconhecida competência científica e técnica nesta área, dado o conhecimento acumulado através de atividades de investigação e de intervenção profissional que desenvolveram nas últimas décadas neste domínio;
- A adequação do espaço virtual e metodologias de formação/aprendizagem da UAb a um curso de pós-graduação num domínio cujo público-alvo é necessariamente constituído por profissionais atuantes em diversos territórios geograficamente distantes uns dos outros.

Público-alvo

Dirigentes, técnicos superiores da administração pública e outras pessoas candidatas a cargos públicos especialmente interessadas nestas áreas do conhecimento e da intervenção.

Pré-requisitos dos formandos

Consideram-se importantes fatores de frequência no âmbito deste curso:

A motivação dos formandos para interagir com os formadores na colocação de questões ou dúvidas sobre as matérias; disponibilidade de tempo para trabalharem os conteúdos e elaborarem todas as atividades sugeridas, bem como as autoavaliações propostas. Cumulativamente, os formandos devem possuir:

- Habilitações ao nível de licenciatura, bacharelato ou experiência profissional considerada relevante;
- Conhecimentos e prática de informática como utilizadores, em ambiente Windows;
- Conta de correio eletrónico ativa e alguma prática na sua utilização;
- Disponibilidade de cerca de 12-15 horas/ semana para participação nos fóruns de discussão; realização de estudo individual dos conteúdos disponibilizados online ou em CD-ROM;
- Cumprimento das tarefas determinadas e elaboração das autoavaliações e avaliações formativas e sumativas.

Objetivos

Com esta Pós-Graduação pretende-se:

- Capacitar dirigentes, técnicos superiores e outros trabalhadores da administração central e local para responderem aos novos desafios que se colocam, como sejam o de compatibilizar a gestão sustentável dos recursos humanos e a mitigação e adaptação aos novos conceitos de modernização e reforma administrativa;
- Proporcionar um conhecimento abrangente e compreensivo dos fatores socioeconómicos de transformação da reforma e modernização da administração pública, no contexto das dinâmicas territoriais globais das regiões em que se inserem, propiciando aos profissionais

um perfil crítico e inovador para atuarem em questões relativas ao exercício de uma cidadania ativa;

- Concretizar uma formação profissionalizante, proporcionando aos formandos a aquisição de metodologias ligadas à formulação, planeamento, gestão, acompanhamento e avaliação de programas e projetos de administração pública;
- Capacitar os formandos para a elaboração de projetos de investigação aplicada e de relatórios técnicos de natureza extensiva ou monográficos.

Competências a desenvolver

No final da pós-graduação, os formandos devem ter adquirido conhecimentos e desenvolvido capacidades que os habilitem a:

- Conhecer os conceitos básicos de administração e de políticas públicas no contexto da União Europeia e da Globalização, compreendendo a evolução destas últimas;
- Identificar e utilizar metodologias de planeamento necessárias ao diagnóstico dos diversos modelos de administração supranacionais, mobilizando os conhecimentos e os instrumentos metodológicos necessários ao estudo multidisciplinar da administração pública;
- Produzir análises estratégicas da Sociedade e Administração Pública;
- Identificar e utilizar as teorias e paradigmas das Ciências da Administração;
- Conhecer o Regime jurídico na Administração Pública;
- Compreender a Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional;
- Conhecer a organização do Estado e os processos de tomada de decisão;
- Conhecer as Finanças e Contabilidade Pública;
- Compreender a Reforma e Modernização Administrativa em Portugal, fundamentando as opções entre as diversas possíveis óticas, técnicas e métodos analíticos.

Estrutura Curricular e Planos de Estudos

1º Semestre		2º Semestre	
Unidades Curriculares	Horas/ECTS	Unidades Curriculares	Horas/ECTS
Teorias e Paradigmas das Ciências da Administração: da Burocracia à Governance	97,5/3,75	Sociedade e Administração Pública	97,5/3,75
Regime jurídico da Administração Pública	97,5/3,75	Finanças e Contabilidade Públicas	97,5/3,75
Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional	97,5/3,75	A Administração Pública no contexto da União Europeia e da Globalização	97,5 /3,75
A organização do Estado e os processos de tomada de decisão	97,5/3,75	Reforma e Modernização Administrativa em Portugal	97,5/3,75
Total	390/15	Total	390/15

A Pós-graduação em **Administração e Políticas Públicas** (30 ECTS) está estruturada em dois semestres letivos com 8 unidades curriculares (UC), todas obrigatórias, precedidas da UC Integração e Ambientação ao Contexto do E-learning, com os conteúdos específicos que a seguir se indicam. Todas as UC têm o mesmo valor em horas de trabalho/ ECTS (97,5 horas/ 3,75 ECTS).

1º Semestre: Unidades Curriculares

Integração e Ambientação ao Contexto do E-learning

Formador: Dias Gaspar

Esta Unidade Curricular (UC) tem por objetivo a socialização dos participantes e a criação de “um grupo” de trabalho, a familiarização com a utilização do software de gestão do curso, de forma a adquirirem as competências necessárias à exploração eficaz de todas as suas funcionalidades de intercomunicação, em especial as assíncronas, necessárias à frequência do curso.

Nesta UC será explicada e treinada a forma como pesquisar “depressa e bem” informação na Web e será pedido aos participantes a procura (na Web) de informação relevante sobre os temas que constituem as matérias do curso.

Teorias e Paradigmas das Ciências da Administração: da Burocracia à Governance

Formador: César Madureira

Sinopse:

A Unidade Curricular de *Teorias e Paradigmas das Ciências da Administração: da Burocracia à Governance* propõe-se:

- Elaborar uma exposição da evolução das principais teorias de administração desde os primórdios do século XX até aos nossos dias;
- Explicitar a influência dos modelos de organização do trabalho burocráticos, tecnocêntricos e antropocêntricos nos atuais modelos de gestão pública;
- Descrever e discutir os principais modelos e paradigmas de gestão pública e a sua influência nas configurações político-administrativas;
- Introduzir a questão da igualdade de género salientando a sua importância numa gestão harmoniosa das administrações públicas.

Competências:

Para lá das competências teóricas, a Unidade Curricular pretende:

- Dotar os formandos de competências de apreciação crítica no que concerne às questões e às dúvidas que hoje subsistem relativamente à utilização de modelos e paradigmas de reforma na Administração Pública.
- Valorizar, através do debate, competências de reflexão, espírito crítico, pensamento divergente e argumentação teoricamente fundamentada sobre a coisa pública.

Conteúdos:

I. Evolução das Teorias da Administração

1. Taylorismo
2. Fayolismo
3. Burocracia
4. Escola das Relações Humanas
5. Desenvolvimento Organizacional
6. Teoria dos Sistemas
7. Teoria Contingencial

II. Modelos Organizacionais: Que influência nos modelos de gestão pública?

1. Modelos tecnocêntricos e modelos antropocêntricos
2. Da burocracia mecanicista à burocracia profissional

III. Modelos e paradigmas da reforma administrativa

1. Teoria da Burocracia
2. Teoria da Escolha Pública
3. Managerialismo/New Public Management
4. New Public Service
5. Governance: paradigma de reforma?

IV. A questão da igualdade de género nos novos paradigmas da Administração Pública: uma questão de justiça ou de necessidade?

Bibliografia:

Bovaird, Tony, Löffler, Elke (2009), *Public management and Governance*, New York, Routledge.

Chiavenato, Idalberto (2001), *Teoria Geral da Administração*, Vol. I e II, 6ª edição, São Paulo, Ed. Campus (edições ASA em Portugal) Madureira, César (2000), “A organização do trabalho neo-taylorista no fim do século XX”, *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 32, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), ISCTE, pp-159-182.

Pollitt, Christopher, Bouckaert, Geert (2004), *Public Management Reform – A Comparative Analysis - New Public Management ,Governance and the Neo Weberian State*, New York, Oxford University Press

Rocha, J. A. O. (2009), *Gestão Pública e Modernização Administrativa*, Oeiras, INA.

Regime Jurídico da Administração Pública

Formadores: José Fontes I Francisco Gonçalves

Sinopse:

Estudo aprofundado sobre alguns aspetos fundamentais do regime jurídico da Administração Pública.

Competências:

Aquisição de conhecimento sobre o regime jurídico da Administração Pública portuguesa.

Conteúdos:

- I. A Carta Ética da Administração Pública e o CPA
- II. A contratação pública – Parte I
- III. A contratação pública – Parte II
- IV. A contratação pública – Parte III
- V. A Alienação de bens móveis do Estado

Bibliografia:

Fontes, José (2007), *Curso Sobre o Código do Procedimento Administrativo*, Coimbra Editora.

Oliveira, Mário Esteves de, Oliveira, Rodrigo Esteves de (2011), *Concursos e outros Procedimentos de Contratação Pública*, Fora de Coleção , Almedina.

Silva, Jorge Andrade da (2013), *Código dos Contratos Públicos*. Almedina. 4ª edição.

Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional

Formador: Miguel Rodrigues

Sinopse:

Embora a Administração Pública partilhe com o sector privado alguns dos grandes princípios da gestão, apresenta características muito particulares, desde logo constrangimentos normativos, com implicações ao nível da adoção e operacionalização dos principais instrumentos de gestão de recursos humanos.

A Unidade Curricular de Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional tem pois como objetivo apresentar e discutir aspetos como o recrutamento e seleção de funcionários e dirigentes, a avaliação de desempenho, a formação, a liderança e a igualdade de género na Administração portuguesa.

Competências:

- Capacidade para mobilizar os principais conceitos de Gestão de Recursos Humanos
- Capacidade para implementar e operacionalizar os instrumentos de Gestão de Recursos Humanos da Administração Pública Portuguesa;
- Capacidade para adotar uma abordagem crítica e dinâmica da aplicação dos instrumentos aos diferentes contextos profissionais;

Conteúdos:

- I. Seleção e recrutamento de funcionários e dirigentes
- II. Gestão de competências e formação
- III. Gestão e avaliação de desempenho
- IV. Liderança no contexto da gestão pública
- V. Igualdade de género e Gestão de Recursos Humanos

Bibliografia:

Azevedo, Alfredo (2007), *Administração Pública: modernização administrativa, gestão e melhoria de processos administrativos*, CAF e SIADAP, Porto, Vida Económica.

Caetano, António (2002), Vala, Jorge, *Gestão de recursos humanos: contextos, pessoas e técnicas*, Lisboa, Rh Editora.

Carapeto, Carlos (2006), *Administração pública: modernização, qualidade e inovação*, Lisboa, Sílabo.

Madureira, César, Rodrigues, Miguel (2009), The evolution of civil servants' and managers' recruitment and performance evaluation processes in *Portuguese public administration*, *Revista Portuguesa de Management*, Nº 2, Ano 2, pp-125-140.

Rocha, J.A.O (2005), *Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública*, Lisboa, Escolar Editora.

2º Semestre: Unidades Curriculares

Sociedade e Administração Pública

Formador: Mário do Carmo

Sinopse:

Esta unidade curricular procura expor e discutir os conceitos fundamentais para a análise dos processos de interação entre os cidadãos e a Administração Pública, dos atores sociais que participam nesses processos e das políticas públicas implementadas para o efeito. Propõe-se ainda apresentar e debater as principais teorias em torno da cidadania, relacionando o desenvolvimento com as dinâmicas sociais e económicas da administração portuguesa e comunitária.

As condições complexas de pós-modernidade determinam um novo e acelerado ritmo às inovações e às modificações da sociedade, que são cada vez mais constantes e dinâmicas. As sociedades plurais e abertas requerem algo mais do que os conceitos clássicos. As exigências são cada vez maiores e mais diversificadas. Os cidadãos esperam que a classe política encontre soluções para os grandes problemas que dificultam a atuação das políticas públicas (ambientais, proteção civil, saúde pública, segurança, direitos humanos), ao mesmo tempo em que depositam menos confiança nas instituições e na política. Os sistemas jurídico-políticos, cada vez mais complexos e mal compreendidos, devem ser atualizados e remodelados sob pena de sucumbirem perante os mais diversos anseios sociais.

O governo deu lugar à governação, ocupando o Estado o lugar central para dirigir redes de atores, que agem em parceria e se influenciam mutuamente. A participação ativa é a nova fronteira nas relações entre os governos e os cidadãos, uma relação baseada na cooperação com o governo e que assenta na necessidade de mobilizar os recursos da sociedade para enfrentar os desafios da governação. Os governos cada vez mais tomam consciência de que não podem conduzir e implementar políticas, por muito boas que sejam, se os cidadãos não as entenderem e apoiarem.

Antes de se refletir sobre o papel do cidadão na Administração Pública tem de se reconhecer que a administração e o cidadão consolidam uma relação negativa com a coisa pública e de desconfiança mútua, provocada (talvez) pelo funcionamento do sistema político, pela falta de democraticidade no tratamento dos assuntos públicos e dos direitos e deveres dos cidadãos e pela insuficiência de investimentos na melhoria da administração.

Neste contexto é importante encarar o cidadão como ator na governação: os cidadãos e as organizações da sociedade civil tornaram-se crescentemente mais interventivos, tentando influenciar os decisores políticos, mas, em simultâneo, participam cada vez menos nos processos democráticos formais, donde surge a abstenção nos procedimentos eleitorais e a diminuição da confiança nos governos.

Competências:

- Capacidade para interpretar o conceito de Sociedade;
- Capacidade para elaborar uma visão sobre as teorias e políticas públicas da sociedade e os seus protagonistas;
- Capacidade para avaliar o papel das dinâmicas sociais e económicas e da construção dos diferentes modelos políticos de intervenção da Administração Pública;
- Desenvolver uma atitude crítica de reflexão (pessoal e profissional) conducente a um

processo de autoformação que se enquadre numa perspetiva de gestão e aperfeiçoamento profissional permanente;

- Capacidade para avaliar a construção do paradigma da administração pública.

Conteúdos:

Introdução

I. Etapas da Formação do Estado Moderno: Um Longo Processo Histórico

II. A Construção da Cidadania e a Modernização da Administração Pública

III. A “governance” na atualidade: conceitos e referências programáticas

1. E-Government: O Futuro do Serviço Público na Sociedade de Informação
2. Espaço Público e Opinião Pública no Processo das Sociedades Modernas
3. O papel do Estado na governação
4. A governação e democracia
5. Princípios da boa governança
6. Regra em Governança
7. Novos Desafios da Teoria da Governação
8. A Nova Governação: Governar sem Governo
9. Governação sem governo? Repensando a Administração Pública
10. Modos de governação das Sociedades Globais
11. Notas para uma teoria de vários níveis de governo na Europa
12. As redes públicas de políticas: uma visão geral
13. Implicações para a democracia da burocracia em Rede

Bibliografia:

Bordeau, Pierre (1984) «L’Opinion Publique n`existe pas», in *Question de Sociologie*. Paris, Minuit.

Mozzicafreddo, Juan (2010), "O papel do Estado na sociedade", in Telo, António José, *Pilares da Estratégia Nacional*, Lisboa, Edições Prefácio – Instituto de Defesa Nacional, pp. 75-94;

Mozzicafreddo, Juan, João Salis Gomes e João da Silva Baptista (orgs.) (2007), *Interesse Público, Estado e Administração*, Oeiras, Celta Editora, 448 p.

Moreira, José Manuel, Carlos Jalali, André Azevedo Alves, *Estado, Sociedade Civil e Administração Pública, Para um Novo Paradigma do Serviço Público* (2008), de, Editor: Edições Almedina ISBN: 9789724033884.

Olsen, Johan P. *Citizens, public administration and the search for theoretical foundations*, ARENA, University of Oslo, 2004.

http://www.sv.uio.no/arena/english/research/publications/arena-publications/workingpapers/workingpapers2003/wp03_20.pdf

Análise de Políticas Públicas e o Processo de Decisão

Formadora: Maria Asensio

Sinopse:

Esta Unidade Curricular pretende analisar os principais conceitos e modelos de análise de políticas públicas procurando sintetizar o estado-da-arte da área, ou seja, mapear como a literatura clássica e a mais recente tratam as principais formulações teóricas e conceituais sobre políticas públicas. Assim, propõe três modelos de análise que são referência na academia: o modelo do Ator Racional, o modelo do Comportamento Organizacional e o modelo da Política Governamental.

Competências:

Neste sentido, esta UC pretende capacitar os estudantes para:

- Estudar os principais conceitos, modelos analíticos e tipologias específicas da área de políticas públicas.
- Discutir os três modelos de análise das políticas públicas: (1) o modelo racional; (2) o modelo incremental e (3) o modelo misto ou mixed-scanning para analisar a política governamental.
- Interpretar a evolução da organização do Estado através dos três modelos descritos.

Conteúdos:

I. A origem das políticas públicas

1. Definição de políticas públicas
2. Os “pais” fundadores das políticas públicas
3. O papel dos governos
4. O ciclo da política pública

I. Conceitos básicos, modelos e tipos de avaliação

1. Sequências duma política pública
2. Agenda-setting
3. Formulação da Política
4. Processo de Decisão
5. Implementação
6. Avaliação

II. Modelos teóricos e formulação das políticas públicas

1. Incrementalismo
2. Modelo “garbage can” ou mixed scanning
3. Coligação de defesa ou advocacy coalition
4. Arenas sociais
5. Modelo do “equilíbrio interrompido”
6. Modelos influenciados pela “nova gestão pública” e pelo ajuste fiscal

III. Tipos de avaliação das Políticas Públicas

1. Representação de um Modelo para a avaliação das políticas públicas
2. Aplicação dos modelos de avaliação
3. Componentes do modelo
4. Definição da situação / prioridades
5. Inputs
6. Outputs
7. Outcomes
8. Estudo de caso

IV. Resultados da política pública

1. Análise dos resultados (outputs)
2. Outputs e Outcomes
3. Instituições, Atores, Recursos e Estratégias na identificação dos resultados
4. Critérios na avaliação do impacto das Políticas

Bibliografia:

- RICH**, Andrew. (2004). *Think Tanks, Public Policy, and the Politics of Expertise*. Cambridge: CUP.
- SCHULTZ**, D. (2003). *Encyclopedia of Public Administration & Public Policy*. New York: Facts On File, Inc.
- SMITH**, K.B; **LARIMER**, C. (2009). *The Public Policy Theory Primer*. Philadelphia: Westview Press.
- SOUZA**, C. (2006). “Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura”, *Sociologia*, Porto Alegre, ano 8, n.º 16.
- SUBIRATS**, J. (1989). *Análisis de Políticas Públicas y Eficacia de la Administración*. Madrid: INAP.

Finanças e Contabilidade Pública

Formador: Luís Viana

Sinopse:

O fornecimento de bens e serviços públicos deve assentar num quadro de sustentabilidade das finanças públicas, que envolve dimensões como a solvência, o crescimento económico, a estabilidade e a equidade.

No contexto da garantia da sustentabilidade das finanças públicas, o modo como é estruturado o processo orçamental assume especial relevância, tendo Portugal dado alguns passos nesta área, em conformidade com as orientações da União Europeia.

A natureza das entidades do setor público e o ambiente em que operam têm implicações nos conceitos que subjazem à estruturação da contabilidade pública. No setor público, o relato financeiro tem como principal objetivo fornecer informação para efeitos de *accountability* e tomada de decisão, tendo em conta que não é o retorno para os investidores que constitui o objeto primário deste setor, sem contudo serem menosprezadas as questões de

sustentabilidade financeira, plasmadas em soluções como a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Nesse sentido, a medição do desempenho deste setor tem de ser focada no alcance dos objetivos em termos de serviço a prestar aos cidadãos em função dos recursos disponíveis, obtidos normalmente através de contribuições involuntárias dos cidadãos, como é o caso do pagamento de impostos. A União Europeia, preocupada com questões de fiabilidade e comparabilidade da informação, iniciou um processo de harmonização dos princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor público não mercantil, tendo em consideração as normas internacionais de contabilidade para o setor público.

Competências

No final da unidade curricular, os estudantes deverão ter adquirido as seguintes competências:

- Recortar o conceito de Finanças Públicas e as dimensões de sustentabilidade;
- Conhecer o processo orçamental desde a formulação do orçamento, planeamento plurianual, até à prestação de contas;
- Saber os pilares em que assenta a normalização contabilística pública;
- Compreender os conceitos fundamentais e a aplicação às entidades públicas da contabilidade pública;
- Conhecer, através de ilustrações e estudos de caso, o conteúdo do Plano Oficial de Contabilidade Pública, a sua aplicação à especificidade dos serviços públicos e dos métodos e técnicas necessárias para a elaboração, interpretação e análise das demonstrações financeiras;
- Conhecer o regime de prestação de contas ao Tribunal de Contas e demais entidades públicas;
- Deter noções dos desenvolvimentos da contabilidade pública a nível internacional

Conteúdos

I. Finanças Públicas

1. Conceito de Finanças Públicas
2. As Dimensões da Sustentabilidade das Finanças Públicas

II. O Processo Orçamental

1. Princípios e Regras Orçamentais
2. Conteúdo e Estrutura do Orçamento do Estado
3. Modelos Orçamentais
4. Controlo Orçamental
5. A dívida Pública
6. A Conta Geral do Estado

III. A Contabilidade Pública

1. Os Fatores Distintivos do Setor Público
2. O Contexto da Contabilidade Pública
3. A Contabilidade Orçamental
4. A Contabilidade Patrimonial
5. A Prestação de Contas
6. A Análise do Desempenho Financeiro

IV. Desenvolvimentos Internacionais na Contabilidade Pública

1. As Normas Internacionais de Contabilidade Pública
2. O Movimento Europeu

Bibliografia

Cabral, N. C. (2010), “O Princípio da Sustentabilidade e sua Relevância nas Finanças Públicas”, *in Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha*, Almedina

Caiado, A. P., J. B. C. Carvalho e O. C. P. Silveira (2007), *Contabilidade Pública – Casos Práticos*, Áreas Editora

Caiado, A.P. e A. C. Pinto (2002), *Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública*, 2.ª Edição, Áreas Editora

Catarino, J. R. (2011), *Princípios de Finanças Públicas*, Almedina

Comissão para a Orçamentação por Programas (2008), *Relatório Final para a Orçamentação por Programas*

European Commission (2013), *Towards implementing harmonised public sector accounting standards in Member States – The suitability of IPSAS for the Member States.*

Freitas Rocha, N. Gomes e H. Silva (2012), *Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso*, Coimbra Editora

International Monetary Fund (2009), *A Basic Model of Performance-Based Budgeting*

International Public Sector Accounting Standards Board (2011), *Reporting on the Long-Term Sustainability of a Public Sector Entity’s Finances – Proposed Recommended Practice Guideline.*

Ministério das Finanças e da Administração Pública (2010), *Revisão da Lei de Enquadramento Orçamental – Relatório do Grupo de Trabalho nomeado pelo Despacho n.º 8065/2010, de 30 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças*

OCDE (2008), *Performance Budgeting: A Users’ Guide*

OCDE (2007), *Performance Budgeting in OECD Countries*

Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (2008), *Contabilidade Pública – formação segmentada*

Pinto, A. C. e P. G. Santos (2005), *Gestão Orçamental Pública*, Publisher Team

Public Audit Forum (2002), *The Whole Truth: Or Why Accruals Accounting Means Better Management*

Relatório do Orçamento do Estado para 2013, pp. 215 - 255

Ribeiro, J. T. (1997), *Lições de Finanças Públicas*, 5.ª Edição, Coimbra Editora

Rua, S. C. (2006), “Os princípios contabilísticos dos planos públicos – Análise comparativa do do POCP português e do PGCP espanhol”, *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol. 3, n.ºs 5/6, pp. 175-199.

Tavares, J. F. (2010), “Alguns Aspectos Estruturais das Finanças Públicas na Actualidade”, *in Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha*, Almedina

Legislação e regulamentação

Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho

Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro

Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro

Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

Lei n.º 91/2001, de 21 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro

Lei n.º 98/97, de 26 de agosto

Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho

Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Tribunal de Contas, Instrução n.º 1/2004 – 2.ª Secção, publicada na 2.ª Série do Diário da República de 2004-02-14

A Administração Pública no contexto da União Europeia e da Globalização

Formadora: Helena Rato

Sinopse

A globalização é, em primeiro lugar, um processo de integração das economias a nível mundial liderado pelos setores financeiro e produtivo. Nesse sentido, a globalização tem acirrado a competitividade entre todos os agentes e atores sociais, quer sejam públicos ou privados, conduzindo simultaneamente a dois fenómenos contraditórios, a saber, a aceleração do progresso científico e tecnológico e o aumento das desigualdades.

A União Europeia é um projeto de construção para a integração económica, social e política de países europeus que se procuram afirmar, em conjunto, face ao processo de globalização, mas que, simultaneamente é influenciado pela dinâmica desse processo. Exemplo disso é a atual crise financeira e a resposta política que está a ser posta em prática. No caso de Portugal, a resposta política à crise está a exercer uma enorme pressão sobre a administração pública, fazendo realçar quer as suas ineficiências e ineficácias quer a importância da administração pública na resolução dos problemas que enfrenta o Estado e toda a sociedade.

Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os alunos para compreensão e análise da problemática da construção europeia no atual contexto de globalização e, mais, em particular, sobre os desafios e procura de soluções no âmbito da missão da administração pública portuguesa.

Competências

- Compreensão do processo de globalização – aspetos positivos e negativos
- Capacidade para analisar as opções de construção da União Europeia, no atual contexto de globalização
- Capacidade para identificar os desafios que se colocam à administração pública portuguesa
- Capacidade para definir os grandes eixos de atuação a desenvolver pela administração pública portuguesa

Conteúdos

- I. **Génese e desenvolvimento do processo de globalização**
- II. **Os pilares de construção da União Europeia**
- III. **Impactos positivos e negativos do processo de globalização sobre o projeto de construção da União Europeia**

IV. A Administração Pública Portuguesa: pontos fortes e fracos face às ameaças e oportunidades geradas pelo processo de globalização e pelas opções políticas de construção da União Europeia

V. Competências a desenvolver na Administração Pública Portuguesa

Bibliografia

DUPAS, Gilberto (1999), *Economia Global e Exclusão Social*, Paz e Terra

Azevedo, Maria Eduarda(1999), *Renovar a Aposta Europeia, Registo na Viragem do Século*, Quetzal Editora

JOGERSEN, Knud Erik et al. (editors), (2007)*Handbook of Union Politics*, SAGE Publications; Part III and IV

EUROPEAN COMMISSION (2010), *Europe 2020 – A European Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth*, COM 2020, Brussels, 3.3.

REBELO, Glória (2010), *Trabalho e Emprego, Actualidade Prospectiva*, Edições Sílabo

MOREIRA, José Manuel et al (coordenação), (2008), *Estado, Sociedade Civil e Administração Pública*, Edições Almedina.

Reforma e Modernização Administrativa em Portugal

Formador: David Ferraz

Sinopse:

O surgimento do Estado Social fez com que as exigências e pressões do cidadão para com o Estado e Administração aumentassem constantemente ao longo das últimas décadas, exigindo-se cada vez mais e melhores serviços públicos.

Por esta razão, mas também devido à escassez de recursos, a reforma e a modernização administrativa têm sido uma preocupação constante dos sucessivos governos, sejam eles nacionais, internacionais ou “supranacionais”.

Estes dois conceitos (Reforma e Modernização) têm sido, erradamente, apresentados como sinónimos (Caiden, 1969) pelo que importa, neste módulo, clarificá-los no âmbito da evolução dos modelos de Administração, em particular, no âmbito do modelo Burocrático, da Teoria da Escolha Pública (Downs, 1957), do New Public Management (Hood, 1991) e do New Public Service (Denhardt, 2003).

Com esta unidade curricular pretende-se contextualizar as opções de reforma administrativa, no espaço e no tempo, e promover a adoção de medidas que fomentem a modernização da administração pública portuguesa atendendo, por um lado, à sua realidade específica e, por outro, ao desenvolvimento das democracias contemporâneas que dão particular relevo a uma cidadania mais ativa e participativa na resposta às necessidades sentidas coletivamente.

Competências:

Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os formandos para:

- Compreender a evolução, no tempo e no espaço, dos modelos de Administração Pública;
- Compreender as reformas da Administração Pública e os seus fundamentos;
- Intervir ativamente na modernização administrativa de serviços públicos;

- Adequar a prestação de serviços públicos às exigências das democracias contemporâneas;
- Apreciar, de forma crítica, o desenvolvimento e aplicação dos conceitos de cidadania ativa e participação pública nas diferentes tipologias de Administração.

Conteúdos:

I. Evolução dos modelos de Administração

1. Burocracia
2. New Public Management
3. New Public Service
4. Governance

II. Modernização Administrativa VS Reforma Administrativa

1. Conceitos
2. Projetos de modernização administrativa em Portugal
3. Reformas administrativas em Portugal

III. Tipologias de participação pública

1. Comunicação Pública
2. Consulta Pública
3. Participação Pública

IV. Princípios e pressupostos para o exercício de uma cidadania ativa

1. Pressupostos
2. Modelo de Estado e Administração Portuguesa VS requisitos para uma cultura de cidadania
3. Pressupostos e condicionalismos para minimizar os riscos e ameaças dos mecanismos de participação Pública

Bibliografia:

BILHIM, João (2010), *Ciência da Administração*, Universidade Aberta, 300p.

FERRAZ, David & **MADUREIRA**, César (2010), *As configurações Político-Administrativas e a Seleção de dirigentes: o caso da administração pública portuguesa*, Sociologia, Problemas e Práticas, ISCTE-IUL

MADUREIRA, César e **ASENSIO**, Maria (orgs.) (2013), *Handbook de Administração Pública*. INA Editora.

MOZZICAFREDDO, Juan & Gomes, João Salis (orgs.) (2011), *Projectos de Inovação na Gestão Pública*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, 443p.

SECCHI, Leonardo (2009), *Modelos organizacionais e reformas da administração pública – RAP*, 43(2):347-69, Mar./Abr.

Metodologia e Sistema de Tutoria

A metodologia seguida neste curso é a estabelecida no Modelo Pedagógico Virtual da UAb para formações avançadas a desenvolver em regime de *e-learning*.

A forma de trabalho utilizada neste curso compreende: (1) a leitura individual e reflexão sobre os conteúdos disponibilizados ou sobre temas obtidos pelos formandos, (2) a partilha da reflexão e do estudo entre os formandos, (3) o esclarecimento de dúvidas nos fóruns moderados pelos formadores-tutores e a (4) realização das atividades propostas.

A leitura e a reflexão individuais devem acontecer ao longo de todo o processo de aprendizagem, constituindo um alicerce indispensável da participação nos fóruns previstos e da realizar com sucesso das atividades programadas.

A aprendizagem está estruturada por Tópicos. Em cada Tópico será criado um fórum moderado pelo formador e que permanecerá aberto ao longo de todo o curso, para esclarecimento das dúvidas e das dificuldades sentidas e apresentadas pelos formandos, proporcionando assim uma possibilidade de interação permanente dos formandos entre si e com o formador.

Avaliação

As unidades curriculares do curso adotam o modelo de avaliação contínua, sendo a classificação final dos formandos o resultado do trabalho desenvolvido ao longo do semestre (nomeadamente, a participação nos *fora* e a realização de atividades de avaliação).

A conclusão do curso, após aprovação em todas as unidades curriculares, é reconhecida com a atribuição de um **diploma de estudos pós-graduados em Administração e Políticas Públicas**.

Candidaturas

As candidaturas ao **Curso de Pós-graduado em Administração e Políticas Públicas** decorrem em data a determinar posteriormente em edital próprio são feitas através de Inscrição online, com anexação, em formato digital, dos seguintes documentos:

- Certificado de habilitações
- Documento de identificação.

As atividades letivas principiam no início do 1º semestre do ano letivo de 2013-2014.

Propinas

O custo total do Curso é de 1500 €, assim distribuídos: 100€ de taxa de candidatura e seguro escolar e 1400€ relativos ao conjunto das 8 UC do Curso. O calendário de pagamentos será oportunamente indicado.

Condições de Funcionamento do Curso

Estabelecem-se as seguintes condições de funcionamento para o presente curso:

- O Júri de seleção e seriação de candidatos é composto pelos professores Doutores José Sales (Diretor da Unidade para Aprendizagem ao Longo da Vida-UAb), José Fontes (Coordenador) e Mário do Carmo (Vice-coordenador).
- O número mínimo de inscrições é fixado em 25 e o máximo em 40;
- Sempre que se justifique do ponto de vista pedagógico haverá lugar ao desdobramento de classes ou turmas virtuais;
- Excecionalmente, e perante a justificação fundamentada apresentada pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação, mediante parecer favorável do respetivo Diretor da Unidade Para a Aprendizagem ao Longo da Vida, pode ser autorizada a abertura do mesmo, com um número inferior ao previsto nos limites fixados anteriormente.

Coordenação

Coordenador: Prof. Doutor José Fontes

Email: jfontes@uab.pt

Vice-coordenador: Prof. Doutor Mário do Carmo

Email: mcarmo@uab.pt

Contatos Para Informações

Unidade para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UALV)

Telefone: 30 000 2851 | e-mail: alv.info@uab.pt

Corpo Docente

Cândido Dias Gaspar

Licenciou-se em Engenharia Eletrotécnica (ramo telecomunicações e eletrónica) e em Ciências Militares para a Arma de Transmissões (Instituto Superior Técnico/Academia Militar-1970); concluiu a pós-graduação em Comando e Direção no Instituto de Altos Estudos Militares em 1980. Realizou diversos cursos relacionados com telecomunicações e eletrónica, segurança, higiene e saúde no trabalho, formação pedagógica online, formação em e-learning, gestão global e auditoria da formação profissional. É autor de obras nas áreas da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, das Telecomunicações, das Máquinas Elétricas, da Iluminação, da Climatização e da Manutenção Elétrico-Eletrónica. É professor na Universidade de Luanda, Instituto Tecnológico de Luanda, Academia Militar, Universidade Aberta e Faculdade de Medicina Dentária de Lisboa. Foi autor de conteúdos e formador em cursos de prevenção de riscos na indústria. É formador, em regime presencial e a distância (e-learning), em diversas organizações públicas e privadas.

Mário Fernando Ramos do Carmo Pereira Bastos

Licenciou-se em História (1984), concluiu o mestrado em História Regional e Local (1999) e doutorou-se em História Contemporânea (2006), pela Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras, cujas dissertações abordaram o mundo rural. Foi assessor da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (1988-1998). Foi Diretor Adjunto do Estabelecimento Prisional de Tires (1997-1998) e do Hospital Prisional de Caxias (1999). Foi investigador sabático no INA (2000-2002) e atualmente no Centro de História da Universidade de Lisboa.

Foi coordenador/formador no INA nos cursos de Caça, Desenvolvimento Rural e Turismo da Natureza; Rede Natura 2000. Temas e Problemas do Século XXI. No âmbito das competências do Gabinete de Assuntos Europeus (INA) coordenou uma ação de formação aos técnicos do IFADAP-INGA sobre Políticas de Gestão de Caça (2004).

Foi assessor do Diretor-geral das Florestas para os assuntos da cinegética (2006/2008). Foi assessor no Ministério da Justiça (2008/2009). Na atividade privada, em regime de acumulação de funções docentes, foi professor na Universidade Moderna (1990-2004) nos cursos de Organização e Gestão de Empresas, Investigação Social Aplicada e Psicopedagogia Curativa; na mesma universidade, coordenou a pós-graduação em Gestão da Caça e Turismo da Natureza (2003-2004).

É autor de diversos trabalhos/artigos científicos na área do mundo rural. Na Universidade Aberta, UALV, foi coordenador dos Cursos de Gestão da Caça e do Espaço Rural e das Doenças das Espécies Cinegéticas: Prevenção e Segurança Alimentar da Universidade Aberta (UAb).

Atualmente é formador na Unidade para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UALV) da UAb e vice-coordenador da Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local.

Maria Helena Rato

Licenciou-se em Economia, Universidade Livre de Bruxelas (1970), concluiu o mestrado em Econometria, Universidade Livre de Bruxelas (1972) e doutorou-se em Economia na Universidade Técnica de Lisboa (1995).

Foi *Chargée de Recherches* no Departamento de Economia Aplicada da Universidade Livre de Bruxelas (1972/75); perita da Organização Internacional do Trabalho no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, junto dos Governos do Brasil e de Madagáscar (1975/81).

Foi Consultora SISMET para elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Coruche (1981); foi Diretora da Unidade de Investigação e Consultoria do INA, I.P. (1999-2012); atualmente é Investigadora Coordenadora;

Foi docente da Cadeira de História Económica e Social dos Cursos de Economia e Gestão da Universidade Autónoma de Lisboa (1998-2005); foi Docente das disciplinas de Economia Contemporânea: Portugal, a Europa e o Mundo; Economia Internacional; Políticas Económicas, do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), INA (1998-2009);

Foi docente do módulo Economia de Desenvolvimento Regional do Curso de Alta Direção em Administração Local (CADAL), INA (2004-2005); foi docente dos módulos Avaliação de Desempenho; Estratégia, Inovação e Avaliação; Igualdade de Género; *Mainstreaming* de Políticas Públicas dos Cursos para Dirigentes da Administração Pública Central (CADAP/CAGEP/FORGEP), INA (2004-2011); foi docente no Seminário interdisciplinar Emprego e Formação na Administração Local: realidades e prospetivas, Universidade do Minho (2010).

É autora de inúmeras publicações em Portugal e no estrangeiro, entre as quais destacamos os seguintes títulos: *How can Public Administration Contribute to Handel Societal Crisis*, in Globalization, European Integration and Economic Crisis (pp.185 a 215), Ed. Jaroslav Kundera, University of Wroclaw, Wroclaw, 2011; *Crise e democracia - Resolução da crise e aprofundamento da democracia*, in Investigação e Prática em Economia (pp.175 a 194), Princípia Editora, 2010; *Caracterização dos Padrões de Comportamentos de Saúde da População do Concelho de Oeiras*, coautora, in Perfil de Saúde do Concelho de Oeiras (pp.153-341), Edição do Município de Oeiras, 2009; *Inserção dos funcionários públicos com deficiência na sociedade de informação*, coautora, INA/FCT, 2008; *MANFOP- Manual de avaliação das necessidades de formação em organismos públicos*, coautora, INA, 2007; *Avaliação Prospetiva de Competências para Quadros e Dirigentes da Administração Pública Portuguesa*, coautora, INA, 2006

César Madureira

Licenciou-se em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho pelo Instituto de Línguas e Administração (ISLA); concluiu o mestrado em Sociologia Organizacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL) e doutorou-se em Gestão pela Universidade Lusíada de Lisboa (UL); é, presentemente investigador principal do Departamento de Investigação, Relações Internacionais e Comunicação (DIRIC) da Direção-Geral de Administração e Emprego Público (DGAEP).

Entre 1997 e 2012 foi, sucessivamente, assistente de investigação, investigador auxiliar e investigador principal do Departamento de Investigação e Desenvolvimento (DID), depois apelidado de Unidade de Investigação e Consultoria (UNIC) do Instituto Nacional de Administração (INA).

Exerce ainda as funções de professor auxiliar na Universidade Lusíada de Lisboa e de professor auxiliar convidado no Mestrado em Administração Pública do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

O autor tem publicado artigos em livros, revistas científicas nacionais e internacionais, bem como participado em conferências e seminários sobre os temas da Gestão da Formação, Gestão Pública, Relações político-administrativas e modelos de Administração. Dentro destas temáticas tem ainda orientado trabalhos científicos, nomeadamente mestrados e doutoramentos em diferentes universidades.

Maria Asensio

Licenciou-se em Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid; concluiu o mestrado em Ciências Sociais pelo Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones de Madrid; doutorou-se em Ciências Políticas pela Universidade Autónoma de Madrid.

É Investigadora Principal na Direção Geral de Administração e Emprego Público. Membro do Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones de Madrid, Espanha.

Docente no ensino superior público – ISCSP e ISCTE - nas áreas das ciências sociais e humanas, com particular destaque para os domínios de Políticas Públicas, Métodos e Técnicas de Investigação, Ciências Políticas e Teoria das Organizações.

Experiência, ao longo de mais de 15 anos, no acompanhamento e apoio técnico a projetos de investigação, nomeadamente no que concerne à avaliação de políticas, planos de atividades e avaliação de projetos sociais (neste item é de destacar a avaliação de projetos quer de âmbito nacional quer internacional, com particular incidência em projetos enquadrados no Plano Nacional de Luta contra a Droga e a Toxicodependência e o Plano Nacional de Saúde).

José Fontes

Agregado (2009) e doutor em Ciências Políticas (2004), mestre em Direito na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas (1998) e licenciado em Direito (1994). Professor auxiliar com agregação da Universidade Aberta e da Academia Militar. Investigador científico integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas/ISCSP (Universidade Técnica de Lisboa). Investigador do Instituto do Oriente, do CINAMIL — Centro de Investigação da Academia Militar e do Observatório Político — Plataforma de Investigação em Estudos Políticos/FCSH (Universidade Nova de Lisboa). Eleito Académico Correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (2011). Diretor do Instituto de Segurança e Defesa. Exerceu as funções de secretário-geral do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Autor de vários livros e artigos designadamente sobre Ciência Política, Direito Constitucional, Administração Pública e Direito Administrativo.

David Alexandre Correia Ferraz

Licenciado em Gestão e Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP-UTL); Mestre em Administração e Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE-IUL (19 valores); doutorando em Políticas Públicas, é atualmente dirigente da Divisão de Recrutamento e Seleção da Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) e diplomado pelo Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) e pelo FORGEP. Foi dirigente da Unidade de Formação em Gestão e Administração Pública do Instituto Nacional de Administração, I.P. e colaborador, no mesmo instituto, da Unidade de Investigação e Consultoria. É autor de várias publicações, nacionais e internacionais, nas áreas da Gestão, Administração e Políticas Públicas. É formador na pós-graduação em Gestão Autárquica e

Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local, da Universidade Aberta, responsável pela docência da Unidade Curricular Modernização Administrativa.

Miguel Rodrigues

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e doutorando em Sociologia Política, também no ISCTE-IUL. Entre 1998 e 2012, integrou a Unidade de Investigação e Consultoria do Instituto Nacional de Administração I.P., e desde esse ano que se encontra no Departamento de Investigação, Relações Internacionais e Comunicação da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público. Tem vindo a desenvolver projectos de investigação, consultoria, cooperação e formação profissional nos domínios da governance, avaliação de políticas públicas, administração e gestão públicas e reforma administrativa. Como resultado do trabalho desenvolvido, publicou livros, capítulos de livros, artigos e apresentações sobre governance regional e ambiental, governança em rede, europeização de políticas públicas e instituições, política pública de género, teorias de sistemas, reforma da administração pública, gestão do desempenho, gestão de competências e recrutamento.

Francisco Jorge Gonçalves

Licenciou-se em Direito (1989/1994) e em História (2001/2005), possuindo o mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa (2009), pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (IEP/UCP) onde se encontra a escrever a tese de doutoramento. Publicou um livro e cerca de uma vintena de artigos em revistas da especialidade, assim como é sócio de diversas associações científicas e centros de investigação. É Técnico superior na Direção-Geral de Administração Interna (DGAI), onde exerce as funções de jurista ligado à área da política legislativa com relevância para a segurança interna. Anteriormente, desempenhou funções na Direção-Geral dos Serviços Prisionais (2008-2013) com um especial enfoque na contratação pública. Além disso, foi Oficial do Exército Português (1998-2008), igualmente ligado à área da contratação pública e das aquisições de bens no domínio da defesa.

Luís Filipe Viana

Concluiu em 1996 o Bacharelato em Contabilidade e Administração no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP). Em 1999 licenciou-se em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP) onde também obteve, em 2006, o grau de mestre em Ciências Empresariais, especialização em Contabilidade. Concluiu em maio de 2010, na FEP, a parte curricular do Curso de Doutoramento em Estudos de Ciências Empresariais – Área de Especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão. É autor de publicações nas áreas da Contabilidade e Fiscalidade. Foi docente de Contabilidade no ISCAP e é desde junho de 2011 formador na Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) na área da Gestão Financeira. De agosto de 1999 a fevereiro de 2010 desempenhou funções técnicas e de auditoria na Autoridade Tributária e Aduaneira. De março de 2010 a dezembro de 2012 exerceu funções de gestão na área financeira da Administração Central do Sistema de Saúde, IP. Desde janeiro de 2013 que exerce o cargo de subdiretor-geral na Direção-Geral do Orçamento.